

GRAVIDEZ E ESCRAVIDÃO EM PERSPECTIVA COMPARADA: MULHERES AFRICANAS E DESCENDENTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E NAS FAZENDAS CAFEEIRAS NO SUDESTE (1830-1888)

PREGNANCY AND SLAVERY IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE: AFRICAN WOMEN AND DESCENDANTS IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO AND ON COFFEE FARMS IN THE SOUTHEAST (1830-1888)

Lorena Féres da Silva Telles¹

Universidade Estadual de Campinas
lorenasilvatelles@gmail.com

Resumo: A partir de casos clínicos e textos de autoria de médicos, de anúncios comerciais e de fuga, de relatos de viajantes e obras de memorialistas, o objetivo deste artigo será iluminar as vidas de mulheres africanas e descendentes escravizadas que viveram suas gestações e foram mães no cenário urbano do Rio de Janeiro e nas fazendas cafeeiras para exportação nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. No contexto ampliado das transformações relativas à escravidão nas conjunturas anteriores e posteriores ao fim do tráfico transatlântico, pretendemos discutir as políticas senhoriais destinadas às mulheres cativas durante a gravidez no contexto urbano e rural no Sudeste no contexto do fim do tráfico africano - quando o futuro e a viabilidade da escravidão passaram a depender da escravização das filhas e filhos das cativas - e suas conexões com as diferentes demandas de trabalho que impactaram as experiências de mulheres africanas e descendentes durante suas gestações nestes diferentes cenários. Visamos, assim, delinear as singularidades das experiências de mulheres escravizadas que foram gestantes nestes diferentes cenários, mapeando as políticas senhoriais com respeito ao trabalho nos diferentes contextos, além de iluminar os desafios enfrentados quando vítimas do sadismo e das torturas senhoriais.

Palavras-chave: maternidade; escravidão; mulheres negras.

Abstract: Based on clinical cases and texts authored by doctors, commercial and escape advertisements and travellers' reports, the objective of this article will be to illuminate the lives of African women and enslaved descendants who lived their pregnancies and were mothers in the urban setting of Rio de Janeiro and on coffee farms in the provinces of Rio de Janeiro and São Paulo. In the broader context of the transformations related to slavery in the contexts before and after the end of the transatlantic slavetrade, we intend to discuss the owners' policies aimed at captive women during pregnancy in the urban and rural settings in the Southeast in the context of the end of African slavetrade - when the future and the viability of slavery came to depend on the enslavement of the daughters and sons of captives - and its connections with the different work demands that impacted the experiences of African women and their descendants during their pregnancies in these different scenarios. Thus, we aim to delineate the singularities of the experiences of enslaved women who were pregnant in these different scenarios, mapping the owners' policies regarding the work in different contexts, in addition to highlighting the challenges they faced when victims of tortures.

Keywords: motherhood; slavery; black women.

¹ Bolsista de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo n. 2021/10931-8.

Em 1851, o Diário do Rio de Janeiro estampou o anúncio de aluguel de uma mulher cativa, africana ou descendente: “*Aluga-se no largo da Sé n.5, por 10\$ RS uma vistosa preta, está grávida e não pode fazer serviço pesado é só para tratar do serviço da casa*”.¹ A senhora ou senhor procurava limitar os serviços a serem desempenhados pela mulher grávida àqueles internos à casa dos locatários, evitando-se “*serviço pesado*”. Em 1859, nove anos depois de fechados os portos africanos, um médico alertava fazendeiros acerca dos danos causados às gestantes nas propriedades cafeeiras pelas demandas de trabalhos pesados: “*como o de carregar grandes pesos, sendo às vezes as míseras as próprias que ajudam a levar a carga à cabeça, valendo-se do joelho ou apoiando-a sobre o ventre*”.² Assim como estas mulheres, sobre quem pouco sabemos, africanas e suas descendentes viveram suas gestações e a maternidade na escravidão urbana e nas propriedades cafeeiras ao longo do século XIX, em circunstâncias adversas e enfrentando diferentes desafios. Quais as políticas e decisões senhoriais com as quais as mulheres cativas se depararam quando grávidas nas grandes propriedades cafeeiras e na Capital imperial nos diferentes cenários do século XIX? Quais as formas de enfrentamento de mulheres africanas e crioulas escravizadas diante das adversidades colocadas pelas demandas de trabalho e pelas violências perpetradas por senhores e feitores, na cidade e nas fazendas? O que houve de comum e de diverso entre as experiências de trabalho e gravidez para mulheres africanas e descendentes que viveram a escravidão no mundo urbano e nas grandes propriedades rurais nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo? Estas são algumas das questões a que este artigo se dedica.

Frequentemente ausentes nas fontes históricas do período, meninas e mulheres, africanas e crioulas, que viveram as gestações de seus filhos no último século de vigência da escravidão - nos anos de expansão da escravidão urbana e de montagem das propriedades cafeeiras nas primeiras décadas do século XIX, no período posterior ao fim do tráfico transatlântico em 1850 e nas décadas finais do regime - enfrentaram uma diversidade de tensões e desafios que remetem às

¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de abril de 1851.

² PINTO, Antônio. **O médico da primeira infância ou o conselheiro da mulher grávida e higiene da primeira infância**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859, p. 35-36.

contingências do cativo em suas especificidades urbanas e rurais. As experiências de gestar, dar à luz e amamentar suas crianças - que até 1871 herdavam a condição cativa de suas mães - estiveram intimamente conectadas às políticas senhoriais e às demandas de trabalho que recaíram sobre as mulheres cativas, em particular a escravidão doméstica, o expediente do aluguel a terceiros e o comércio de rua.

O período situado entre 1830 e 1850 abrangeu a proibição oficial do tráfico, em 1831, seguida do auge dos desembarques clandestinos de africanos e a disseminação de sua posse e comércio na cidade. A dependência senhorial com relação aos trabalhos desempenhados pelas escravizadas e as altas taxas de mortalidade entre os bebês e crianças cativas afastaram os escravistas, sobretudo dos setores médios e mais abastados, de políticas que promovessem os nascimentos e a sobrevivência dos bebês das escravizadas, cujo trabalho no mercado urbano era muito valorizado.³ Os censos oficiais registraram a presença ostensiva de mulheres africanas e descendentes entre a população escravizada no Rio de Janeiro desde as primeiras décadas do século XIX, para atender às crescentes demandas de serviços na cidade, registrando que meninas, jovens e mulheres adultas africanas e crioulas constituíram aproximadamente 40% da população cativa na cidade, ao longo de todo o século, com aumento expressivo da população de africanas nas décadas de 1830 e 1840, sobretudo nas freguesias centrais da cidade.⁴

A partir de 1850, quando o fim definitivo do tráfico africano provocaria a enorme elevação dos preços dos cativos, muitos senhores decidiram vendê-los para as áreas cafeeiras, provocando uma diminuição acelerada de escravizados na cidade e a concentração de sua posse entre as camadas médias e as mais abastadas.⁵ Entre 1850 e a lei do Ventre Livre, em 1871, quando o futuro e a

³ TELLES, Lorena. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)**. São Paulo: Editora da UNIFESP, no prelo, cap. 2 e 6.

⁴ Em 1838, segundo as estimativas oficiais, 14.945 mulheres escravizadas eram residentes nas freguesias urbanas e 9.025 nas freguesias rurais, ao passo que em 1849, um ano antes do fechamento dos portos africanos, aproximadamente 18 mil africanas e 13 mil crioulas foram recenseadas nas freguesias urbanas, e perto de 5 mil africanas e 8.700 crioulas nas freguesias rurais. SOARES, Luiz. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj- 7Letras, p. 365 e 371.

⁵ *Ibidem*, p. 77.

viabilidade da escravidão passaram a depender das filhas e filhos das mulheres cativas, a rápida diminuição da população de cativas e de proprietários na cidade acarretou o recrudescimento do mercado de aluguel de escravizadas como amas de leite e para serviços domésticos, atividades que se mantiveram vultosas até as portas da Abolição em 1888.⁶ Já em 1872, 19.957 brasileiras e 4.096 africanas escravizadas foram recenseadas na cidade, ao passo que, em 1884, 16.320 mulheres de maioria crioula constituíam minoria numa população de livres e libertas que se avolumava.⁷ Nessas diferentes conjunturas, os padrões de riqueza da família proprietária, as flutuações do mercado e os tipos de trabalho modelaram as experiências cotidianas e os desafios enfrentados por mulheres escravizadas quando grávidas na cidade.

Diversamente dos ambientes urbanos, em que a maioria das mulheres cativas atuavam em serviços domésticos, num ir e vir diário entre a casa escravista e as imediações urbanas, o mundo das grandes propriedades cafeeiras inseriu mulheres escravizadas em relações de proximidade e convívio com a comunidade de escravizados, trabalhadores livres e a família senhorial. Nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista no século XIX, mulheres africanas e crioulas que foram gestantes e mães enfrentaram as adversidades de um cotidiano marcado pelas sobrecargas do trabalho nas lavouras cafeeiras para exportação, sob estreita vigilância de feitores e administradores, além de atuarem no tenso ambiente da moradia senhorial, na produção de alimentos e outras atividades desempenhadas nos diferentes espaços da fazenda. As décadas de 1830 e 1840 abrangeram o período de expansão das propriedades no Oeste Paulista Central e Vale do Paraíba paulista e fluminense, quando a entrada constante de escravizados, sobretudo dos portos congo-angolanos, culminaram em um alto

⁶ Sobre o mercado de aluguel e as experiências de mães africanas e crioulas como amas de leite, ver TELLES, Lorena. *Op. cit.*, cap. 5; MACHADO, Maria Helena. Between two Beneditos: enslaved wet-nurses amid slavery's decline in southeast Brazil. **Slavery & Abolition**, vol. 38, issue 2, 2017, p. 320-336.

⁷ Recenseamento da população do Município Neutro de 1872. Rio de Janeiro, 1872, p.12. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>; CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 346-7.

contingente de homens centro-africanos na população cativa.⁸ Em 1829, a razão de masculinidade na população cativa acima de 15 anos, nas médias e maiores propriedades em Campinas - que reuniram, respectivamente, entre 10 a 49, e 50 ou mais cativos - era de 309 (309 homens para 100 mulheres).⁹ Assim, constituindo entre 20 e 30% da população embarcada, com oscilações de acordo com o período e região de embarque, a África era o berço de ao menos 60% das mulheres cativas de mais de quinze anos nas propriedades fluminenses e paulistas daquele período.¹⁰ Apesar de minoritárias entre os escravizados nas maiores propriedades, as mulheres centro-africanas, embarcadas em portos congolânicos como Ambriz, Cabinda, Luanda e Benguela, tiveram um papel fundamental na constituição das famílias e na cultura afrodescendente nas senzalas do Sudeste, de modo que grande parte da população crioula das fazendas seria constituída por seus descendentes.¹¹

No Brasil, o destaque conferido pelos estudos de demografia e das famílias escravas aos aspectos demográficos da população cativa - relativos às taxas de natalidade, de óbito e à frequência dos nascimentos -, concorreu para a invisibilidade das vidas reprodutivas das mulheres cativas, envolvendo vida sexual, gestações, abortos, partos, amamentação e práticas de criação de filhos.

⁸ As estimativas de Manolo Florentino e Carlos Villa para o período entre 1810 e 1850 indicaram que das 850.585 pessoas que desembarcaram na Província do Rio de Janeiro, 134.390 seriam jovens mulheres, 154.101 meninas, 252.665 meninos e 309.429 homens. FLORENTINO, Manolo.; VALENCIA VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História*, v. 37, p. 1-20, 2016, p. 17. Estudos demonstraram que preferência por homens no tráfico transatlântico combinou, a um só tempo, a dificuldade em se obter mulheres na África Central - em virtude de sua importância na escravidão na zona atlântica africana, em que foram escravizadas como concubinas, agricultoras, comerciantes e tecelãs - e a divisão do trabalho por gênero entre os europeus e a preferência pelo trabalhador masculino, tanto em funções especializadas quanto no trabalho agrícola pesado nas lavouras para exportação. ELTIS, David.; ENGERMAN, Stanley. Was the Slave Trade Dominated by Men? *The Journal of Interdisciplinary History*, Londres, v. 23, n. 2, p. 237-257, 1992.

⁹ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 81.

¹⁰ SLENES, Robert. *Op. cit.*, p. 80, 126.

¹¹ Robert Slenes documentou a presença maciça de africanos também no Vale do Paraíba paulista: em 1829, no município cafeeiro de Bananal, africanos constituíam 78% da população cativa total, ao passo que fontes para a década de 1850 apontaram para a alta proporção de 72% de africanos nos municípios de grande lavoura do Vale do Paraíba Fluminense. Conforme o autor, os grupos de procedência Kongo, no baixo rio Zaire e norte da atual Angola, Mbundo, na região de Luanda, e Ovimbundo, do planalto na hinterlândia de Benguela, forneceram os grandes contingentes de africanas e africanos escravizados no Sudeste na primeira metade do século XIX, e a maior parte da matriz cultural das senzalas do sudeste. *Ibidem*.

Desde a década de 1980, estudos de demografia histórica e abordagens macroeconômicas têm questionado a existência da reprodução escrava no Sudeste na primeira metade do XIX e nas décadas posteriores ao fim do tráfico internacional em 1850. Pesquisadores abordaram a questão demonstrando o aumento do preço das mulheres escravizadas no contexto anterior e imediatamente posterior ao fim definitivo do tráfico, sugerindo que as expectativas com respeito às habilidades reprodutivas das mulheres estiveram no centro das políticas senhoriais nas fazendas cafeeiras, seja adquirindo mulheres crioulas dos menores proprietários, ou investindo a longo prazo no tráfico de meninas e mulheres africanas, sobretudo no período de 1816 e 1835.¹² Outros pesquisadores argumentaram que ao indicador que mais diretamente influenciou o baixo crescimento da população cativa nos contextos de expansão da cafeicultura – as taxas de masculinidade – somou-se a alta mortalidade entre os escravizados em geral, e particularmente entre as crianças de até um ano, vinculando-a à interação entre dieta, doença e trabalho materno.¹³

A questão das políticas senhoriais de fomento à reprodução foi evocada por Rafael Marquese, para quem o fim do tráfico de africanos não trouxera nenhuma mudança de atitude entre os senhores, uma vez que os manuais para fazendeiros continuavam preconizando as mesmas medidas de antes de sua extinção, como aquelas que incentivavam casamentos, protegiam as mulheres grávidas e as crianças em seus primeiros anos de vida. Já Ricardo Salles aventou não haver razões para se acreditar que medidas que favorecessem a reprodução não tenham sido seguidas pela maioria dos fazendeiros em Vassouras, e possivelmente em todo o Vale do Paraíba fluminense, por haver crescimento demográfico, ao menos em algumas propriedades, a partir de 1860.¹⁴ Estes e outros estudos, fundamentais

¹² FLORENTINO, Manolo.; VALENCIA VILLA, Carlos. *Op. cit.*; FLORENTINO, Manolo.; GOES, José. **A Paz nas Senzalas: Família Escrava e Tráfico Atlântico 1790-1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

¹³ Sobre a mortalidade das crianças escravas no século XIX em diferentes cenários no Sudeste brasileiro, ver VAILATI, Luiz. **A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos Oitocentos** (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010; TELLES, Lorena. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro.** *Op. cit.*, cap. 6.

¹⁴ MARQUESE, Rafael. **Feitores do corpo, missionários da mente.** Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; SALLES, Ricardo. **E**

para o desenvolvimento do tema a que se dedica este artigo, não examinaram de que maneira as práticas, experiências e relações sociais ocultadas pelos conceitos de “crescimento endógeno” e “reprodução natural” colocaram as mulheres escravizadas, seus corpos e suas filhas e filhos no centro deste processo, havendo uma carência de pesquisas baseadas em evidências acerca da implementação concreta de políticas senhoriais que incidissem no cotidiano das escravizadas, gestantes, puérperas e mães nos contextos de grande lavoura.

Outros estudos indicaram a ocorrência de práticas de incentivo à maternidade atreladas à alforria e a uma noção de direito costumeiro à liberdade das mulheres cativas que geravam vários filhos, em contextos marcados pela pequena propriedade escravista, distantes do acesso aos homens jovens, e altamente dependentes da geração crioula das escravizadas.¹⁵ No Brasil, porém, os agentes do governo imperial não implementaram políticas evidentes para fomentar a maternidade e a reprodução da população escravizada no século XIX, diversamente das sociedades escravistas no sul dos Estados Unidos, no Caribe de colonização inglesa (Jamaica e Barbados) e francesa (Martinica e Guadalupe), onde as propostas pró-natalistas – como a adoção de períodos de resguardo puerperal, de afastamento dos trabalhos penosos entre gestantes, de períodos de amamentação para as mulheres nutrizas e recompensas às mães de muitos filhos – foram incorporadas às políticas e legislações coloniais e implementadas com maior ou menor sucesso pelos senhores no contexto das pressões pelo fim do tráfico transatlântico.¹⁶ No entanto, no Brasil, uma literatura pró-escravista, de autoria de médicos e de fazendeiros, foi desenvolvida desde as ameaças de extinção do tráfico africano, em 1830, arguindo os senhores contra os regimes de trabalho nas

o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 203-206, 248.

¹⁵ PERUSSATTO, Melina. Pelas crias que me deu: reprodução natural, arranjos familiares e alforria no Brasil Meridional (Rio Pardo, 1850-1888). **História Unisinos**, 14 (3), 2010, p. 266-281; SANTOS, Martha. ‘Slave Mothers’, Partus Sequitur Ventrem, and the naturalization of slave reproduction in Nineteenth-Century Brazil. **Tempo** (Niterói, online), vol. 22, n. 41, set.-dez. 2016, p. 467- 487.

¹⁶ SCHWARTZ, Mary. **Birthing a slave.** Motherhood and Medicine in the Antebellum South. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006; TURNER, Sasha. **Contested Bodies: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017; GAUTIER, Arlette. **Soeurs de Solitude.** Femmes et esclavage aux Antilles Du XVII au XIX siècle. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010; BECKLES, Hilary. **Natural rebels: a social history of enslaved Black women in Barbados.** New Brunswick, N.J. Rutgers University Press, 1989.

propriedades cafeeiras e seus impactos sobre as mulheres gestantes, lactantes e seus bebês. Os manuais de fazendeiros e aqueles de autoria de médicos assumiram a preocupação senhorial derivada do fim do tráfico de africanos, com sua proibição oficial em 1831 e sua extinção efetiva em 1850, significando que a obtenção de novos cativos deveria acontecer dentro dos limites do território imperial, através da diminuição das taxas de mortalidade e do estímulo à natalidade a partir do ventre das mulheres e da sobrevivência das crianças. Assim, desde 1850, a importância da força de trabalho e das habilidades reprodutivas das mulheres escravizadas, de quem dependeria a viabilidade do regime, encontraram-se no centro dos interesses senhoriais, incidindo sobre suas vivências reprodutivas e maternas.

Neste contexto ampliado, impactadas pelos interesses ou pela negligência dos senhores com relação à sobrevivência de suas filhas e filhos, bem como pelas políticas senhoriais que combinavam exploração do trabalho feminino durante a gravidez, discutiremos, neste artigo, as tensões entre o papel de trabalhadora e suas implicações para as vivências das gestações nos ambientes urbanos e rurais. Valendo-se do aporte da literatura sobre maternidade nas sociedades escravistas nas Américas e no Caribe, e com base em fontes diversas - anúncios comerciais e de fuga, crônicas publicadas pela imprensa diária, obras de viajantes europeus, literatura de memórias de autoria de fazendeiras, manuais de medicina e de autoria de fazendeiros, além de casos clínicos envolvendo mulheres gestantes atendidas por médicos - este artigo pretende iluminar e conectar as vidas de mulheres africanas e descendentes escravizadas que viveram suas gestações e atuaram como trabalhadoras no cenário urbano do Rio de Janeiro e nas fazendas cafeeiras para exportação nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo ao longo do século XIX e seus diferentes contextos. Investigamos, ainda, as relações entre as jornadas de trabalho e as políticas senhoriais, e suas conexões com as formas de resistência mobilizadas pelas mulheres africanas e crioulas na cidade e nas fazendas, que conceberam e viveram suas gestações em meio à escravidão e seus desafios, enfrentando, ainda, o sadismo e as torturas senhoriais.

Trabalho e gravidez nas grandes fazendas no Sudeste cafeeiro

Diversamente da estrutura da pequena posse escravista - que dificultava o convívio e o estabelecimento de relações amorosas entre cativos de uma mesma propriedade - e da presença ostensiva de mulheres cativas, típicas da escravidão urbana no Rio de Janeiro, nas grandes fazendas cafeeiras, as meninas e mulheres constituíam minoria entre a população escravizada, sendo mães frequentemente integradas em casamentos e uniões consensuais relativamente estáveis ao longo do tempo.¹⁷ Como em outras regiões de produção agrícola voltada para a exportação, mulheres escravizadas experienciaram a gravidez e a maternidade sob condições adversas, compartilhando com os pais de seus filhos, e mais amplamente com outros membros jovens e adultos da comunidade de senzala, regimes opressivos de trabalho. Em artigo dedicado às relações entre os ciclos de trabalho agrícola e a concepção e nascimento de crianças cativas no sul dos Estados Unidos, a historiadora Cheryl Cody criticou a perspectiva adotada por estudiosos que enfocaram o tema das famílias escravas e da maternidade baseando-se apenas na frequência de filhos, e não no processo da gravidez que desempenhou papel tão importante nas vidas das mulheres escravizadas. Ela sugere um olhar que privilegie mais diretamente a interação entre as funções produtivas e reprodutivas das cativas, argumentando que o crescimento vegetativo positivo não significou qualidade de vida para as mulheres cativas nos Estados Unidos, que aguentaram gravidezes frequentes e permaneceram entre as trabalhadoras mais produtivas nos campos de arroz e algodão.¹⁸

No Brasil, desde a década de 1830, no contexto das ameaças do fim do tráfico transatlântico, médicos e fazendeiros do Sudeste cafeeiro elaboraram teses e manuais que criticavam as práticas senhoriais de exigências de trabalhos pesados às mulheres cativas gestantes, puérperas e mães de bebês, de quem

¹⁷ O caso de Campinas, de acordo com Robert Slenes, é paradigmático com respeito às regiões de grande lavoura no Sudeste, visto que os índices mais baixos de casamentos religiosos no Vale do Paraíba paulista e, especialmente, na província do Rio de Janeiro, refletiriam apenas práticas senhoriais distintas, no que toca às costumeiras uniões consensuais entre cativos, mas não diferenças com relação aos padrões familiares destes. SLENES, R. *Op. cit.*

¹⁸ CODY, Cheryl. Cycles of work and of childbearing. Seasonality in women's lives on low country plantations. In: GASPAR, David; HINE, Darlene (eds.) **More Than Chattel: Black Women and Slavery in the Americas**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996, p. 61.

dependeria a continuidade do regime quando cessassem os desembarques de africanos. Os manuais de fazendeiros e os textos médicos, ao criticarem as práticas senhoriais e divulgarem casos envolvendo mulheres grávidas nas fazendas, permitem que nos aproximemos das singularidades de suas experiências e de suas conexões com a ocupação e as demandas de trabalho. A documentação médica sinalizou para o emprego ostensivo de mulheres cativas nas lavouras cafeeiras, envolvendo as atividades de plantio, capina e colheita do grão lado a lado com suas parceiras e parceiros, sob a estreita vigilância de feitores. Em seu manual editado em 1834, o médico francês Jean-Baptiste Alban Imbert se voltou contra as práticas escravistas de exigir o desempenho de trabalhos pesados às mulheres gestantes, muitas delas centro-africanas. Ele orientava os senhores a proverem cuidados especiais às gestantes, como forma de incentivá-las a levar a termo a gravidez.¹⁹ Com respeito à presença das mulheres centro-africanas no serviço de roça na primeira metade do XIX, o médico referiu-se às mulheres do Congo, preferidas pelos fazendeiros por serem habilidosas com o trabalho agrícola, dado o papel das mulheres no cultivo e beneficiamento dos alimentos para si e suas famílias em suas sociedades de origem.²⁰

O Barão de Paty do Alferes, grande proprietário na região de Vassouras, no manual publicado em 1847, documentou o emprego de mulheres nos roçados de café, prática que ele não adotava: *“As mulheres bastam ter enxadas e foicinhas, salvo se elas forem também aos roçados, como alguns usam; mas eu não adoto esse sistema, escolho para esse trabalho homens, e que sejam robustos”*.²¹ Já Carlos Augusto Taunay, em seu manual publicado em 1839, pregava o afastamento das mulheres grávidas dos trabalhos pesados, comuns em muitas fazendas: *“casadas ou solteiras, as pretas prenhes devem ser tratadas com mimo e aplicadas a um*

¹⁹ IMBERT, Jean Baptiste Alban. **Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre a enfermidade dos negros generalizado às necessidades de todas as classes**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839, p. 244-245. Realizados de maneira secreta e de difícil documentação, os abortos induzidos foram esparsamente registrados pela literatura médica e de viajantes. Sobre as práticas abortivas no Brasil, ver PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/J. Olympio, 1993, p. 300-306; TELLES, Lorena. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**. *Op. cit.*, cap. 2.

²⁰ STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 84.

²¹ WERNECK, Francisco. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro** (1847). 3ª edição. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878, p. 31.

trabalho moderado".²²

Desde 1850, as mulheres crioulas e suas filhas e filhos tornaram-se cada vez mais importantes em termos demográficos, particularmente nas propriedades cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense. Na região de Vassouras, que na primeira metade do século XIX tornou-se grande polo cafeeiro, a proporção de homens passou de 77% na década de 1820 para 56% entre 1880 e 1888, quando a população cativa seria majoritariamente crioula e equilibrada em termos de gênero, devido ao menor acesso aos homens jovens via tráfico interno.²³ Do ponto de vista dos regimes de trabalho das mulheres, em Campinas, na segunda metade do século, onde a proporção de homens manteve-se alta ao longo de todo o século, Robert Slenes demonstrou que apenas 26,3% das cativas maiores de 15 anos nascidas no Brasil estariam ocupadas em posições domésticas ou especializadas, sinalizando para o emprego da maioria das mulheres nas atividades produtivas para exportação, num contexto de intensificação dos ritmos de trabalho com o aumento da demanda externa e preços favoráveis.²⁴ Além do trabalho nas lavouras e no beneficiamento do café, dos serviços domésticos à família senhorial como cozinheiras, mucamas e amas de leite, as mulheres responsabilizaram-se pela cadeia de produção de grande parte do que era consumido na fazenda pelos senhores e por numerosos cativos, desempenhando diversas funções ligadas tanto à alimentação, ao vestuário e à subsistência de suas comunidades, como o transporte de água, a costura, a cozinha e a lavagem das roupas dos numerosos escravizados.²⁵ Em São Carlos do Pinhal, no Oeste Paulista, na segunda metade do XIX, socar café no pilão e os trabalhos na cozinha senhorial e na dos escravizados eram serviços de mulheres cativas, bem como a costura das roupas de 300 a 500 cativos das fazendas da família.²⁶ Segundo Maria Amélia Aranha, baseando-se em entrevistas com sua avó, a capina e a colheita de café seriam trabalho exclusivo dos

²² TAUNAY, Carlos . **Manual do agricultor brasileiro**. (1839) MARQUESE, Rafael de B. (org.). Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2001, p. 64.

²³ STEIN, Stanley. *Op. cit.*, p. 93.

²⁴ SLENES, Robert. **The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888**. Tese de Doutorado em História. Stanford University, 1976, p. 535.

²⁵ FERRAZ, Floriza. **Memórias**. Rio Claro, (manuscrito), 1947, p. 5-6, 12; BARROS, Maria Paes. **No tempo de dantes**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 75, 79, 80; ARANHA, Maria Amélia. **Sombras que renascem**. Memórias de família, costumes de uma época (1862-1883). s.ed., 1975, p. 30, 79.

²⁶ ARANHA, Maria Amélia. *Op. Cit.*, p.80-137.

homens: “no Pinhal, como em muitas outras fazendas, as escravas só trabalham em volta da sede, cuidando dos afazeres como o fabrico da farinha de mandioca, ou então, atendendo ao monjolo, ao moinho de fubá e outros serviços mais leves”.²⁷ Assim, cativas grávidas, do primeiro ao nono mês, poderiam responsabilizar-se também por beneficiar arroz e milho, socando-os em pilões, produzir o azeite de mamona destinado aos candeeiros, velas de sebo, sabão de cinza, além de fiar o algodão e costurar, serviços realizados, segundo Floriza Ferraz, fazendeira em Rio Claro, Oeste Paulista, debaixo da fiscalização da mulher do administrador.²⁸

A historiadora Ana Maria Almeida encontrou, em inventários *post-mortem* em Vassouras, evidências do aumento do emprego de escravizadas nas lavouras cafeeiras ao longo da segunda metade do século XIX, sendo elas representativas de 30% do contingente de cativos em serviço de roça entre 1850/1860, constituindo 65% do total nas décadas de 1870/1880.²⁹ A historiadora levantou questões importantes, e ainda pouco exploradas pela historiografia brasileira, a respeito da maior presença das mulheres crioulas na população total de escravizados ao longo da segunda metade do século, atuantes nos trabalhos agrícolas no Sudeste cafeeiro num período de intensificação dos regimes de trabalho e de diminuição do número de cativos com o fim do tráfico de africanos. Keith Barbosa investigou, a partir de inventários *post-mortem* em Cantagalo - cenário de expansão da cafeicultura fluminense no vale do Paraíba oriental e de apogeu nas décadas de 1860 e 1870 -, as relações entre cuidados médicos como política senhorial interessada em manter os cativos em condições favoráveis para regimes intensos de trabalho nas lavouras.³⁰ Segundo ela, ainda que os fazendeiros contratassem médicos e boticários, construíssem enfermarias e hospitais, a política de cuidados esbarrava na necessidade premente pelo trabalho dos escravizados cada vez menos

²⁷ *Ibidem*, p.116.

²⁸ FERRAZ, Floriza. *Op. Cit.*, p. 6-12.

²⁹ ALMEIDA, Ana Maria. **Da casa e da roça: a mulher escrava em Vassouras no século XIX**. Dissertação de Mestrado-Programa de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001, p. 113.

³⁰ BARBOSA, Keith. **Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014, p.63.

numerosos e em regime mais intenso e coercitivo de trabalho.³¹

O viajante francês Charles Ribeyrolles, em suas incursões no Vale do Paraíba por volta de 1858, descreveu as cenas dos tempos de colheita de café, iniciados em maio, e a presença feminina nas encostas dos morros. Ele indica que a adoção das políticas natalistas, nas fazendas com muitos escravizados, poderia afastar as mulheres gestantes do trabalho no eito: “*Não obstante, devo dizer que na mor parte das fazendas as mulheres grávidas não vão trabalhar nos campos e não se aplicam a outros misteres senão os do interior*”.³² Em fazendas que dispusessem de muitos cativos, as mulheres grávidas poderiam ter mais chances de viverem os últimos meses de gravidez ocupadas em serviços mais leves, mas é possível que não fossem poupadas do trabalho em casos de apuro durante as colheitas, ou nos engenhos em época de safra. Os fazendeiros mais ricos que pudessem incrementar suas propriedades através da compra de homens via tráfico interno talvez pudessem deslocar as cativas empregadas no serviço da roça para atividades domésticas, durante a gestação. Mariana Muaze, analisando manuais de fazendeiros e relatos de viajantes, considera que a adoção de medidas natalistas propaladas pelos fazendeiros teriam constituído um novo parâmetro a ser seguido, coexistindo com as práticas arraigadas, sendo que o grau de adesão da camada escravista às novas práticas dependeu da vontade senhorial, do número de escravizados disponíveis, do fluxo do tráfico e da produtividade da fazenda.³³

Já o médico Antônio Ferreira Pinto, em manual publicado em 1859, sinalizava para as más condições que muitos senhores ofereciam às mulheres gestantes, no contexto que estava sendo formado nas décadas posteriores ao fim definitivo do tráfico africano. Ele criticava os trabalhos noturnos, conhecido como

³¹ Encontramos casos clínicos que indicam que médicos atenderam mulheres cativas sujeitas a regimes intensos de trabalho nas fazendas cafeeiras, nas décadas finais do regime, como Joaquina, 45 anos, de “*constituição atlética*”, sofrendo de reumatismo na região lombar. Depois de recolhida e tratada em um hospital no Rio de Janeiro, ela voltava aos trabalhos intensos na fazenda: “*Até o presente consta-me que Joaquina vai à roça todos os dias e trabalha como quando era moça e tinha saúde perfeita*”. **Annaes Brasilienses de Medicina**, Tomo XXIII, janeiro de 1872, n.8, p. 299.

³² RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco**. São Paulo: Martins Fontes, 1941, v. 2, p. 37.

³³ MUAZE, Mariana. Experiências Maternas no Cativo: gênero, família e trabalho nas grandes plantations cafeeiras do Vale do Paraíba (XIX). In: ARIZA, Marília.; CARULA, Karoline. (org). **Escravidão e maternidade no mundo Atlântico: trabalho, família, corpo e saúde nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: EDUFF, no prelo.

serões, e o emprego das cativas gestantes como lavadeiras. Segundo o médico, a lavagem de roupas requeria das mulheres esforços que poderiam ocasionar varizes e inchaços nos pés e pernas nos últimos meses de gravidez. Trabalhos que exigissem posturas repetitivas poderiam, segundo o médico, causar danos ao útero e dificuldades no parto entre as mulheres cativas. Ele indica ter sido comum que mulheres gestantes não fossem dispensadas dos trabalhos noturnos ou nas lavouras até o momento do parto, obrigadas “*a carregar grandes pesos, sendo às vezes as míseras as próprias que ajudam a levar a carga à cabeça, valendo-se do joelho ou apoiando-a sobre o ventre. Nas roças obrigam-nas muito ao serviço da enxada, aos serões, ao trabalho de engenhos etc.*”³⁴ O médico sugeria aos ricos fazendeiros que modificassem suas práticas, e que as recolhessem “*quer para o interior da família, para se ocuparem no serviço doméstico, quer às enfermarias, gineceo ou casa própria na qual se dessem a um serviço apropriado, o que aliás nunca falta em um grande estabelecimento*”, alertando-os acerca das consequências do trabalho pesado com relação à saúde das crianças, que nasciam “*raquíticas, por falta destes e outros cuidados durante os nove meses de gestação*”.³⁵

Mulheres negras, africanas e suas descendentes, foram submetidas por senhores e seus prepostos ao trabalho na lavoura até o momento do parto, e muitas não conseguiram chegar até as senzalas para darem à luz: “*Muitos senhores mormente fazendeiros barateiam a saúde de suas escravas e o das futuras crias, [...] sujeitando-as ao serviço da roça e tarefas ordinárias, chegando algumas a darem à luz durante o trabalho, ou em caminho, trazendo enormes cargas à cabeça*”.³⁶ Entrevemos um aspecto violento e pouco documentado acerca das práticas escravistas e das experiências do cativo e da maternidade para as mulheres africanas e descendentes escravizadas nas grandes propriedades cafeeiras do Sudeste brasileiro, obrigadas pelos senhores, feitores e administradores a não cessarem a colheita mesmo em meio às terríveis dores do trabalho de parto. A objetificação de seus corpos e a violência escravista recaíram sobre mulheres escravizadas nas grandes propriedades agrícolas também ao sul dos Estados

³⁴ PINTO, Antônio. *Op. cit.*, p. 35-36.

³⁵ *Ibidem*, p. 24-25.

³⁶ *Ibidem*, p. 24-25.

Unidos e no Caribe. Em propriedades nos estados de Missouri e Mississipi, mulheres e homens ex-escravizados documentaram, em entrevistas, que nasceram, deram à luz ou presenciaram partos nas plantações de algodão, ou a caminho das habitações.³⁷

Já na ilha da Jamaica, de colonização britânica, as mulheres foram concentradas nas tarefas mais pesadas nas lavouras de cana-de-açúcar para exportação.³⁸ Segundo a historiadora Lucille Mair, trabalhos excessivos somados à má alimentação impactaram a saúde das mulheres, descritas como fracas e enfermas nos relatórios de administradores, impossibilitando-as de gerarem crianças.³⁹ Para o historiador Keneth Morgan, entre a segunda metade do século XVIII e meados do XIX, às vésperas da abolição, da metade a um terço da população cativa feminina do Caribe britânico não teve filhos.⁴⁰ Para o autor, promover a gestação, afastando a escravizada do trabalho pesado nos últimos meses de gravidez, e possibilitar que ela dispensasse cuidados aos filhos depois do parto, foram consideradas atitudes antieconômicas pelos senhores amplamente dependentes do tráfico, o que justificou a pouca prioridade conferida à maternidade das escravizadas antes de 1807. O historiador sublinhou os elos existentes entre trabalho pesado e as baixas taxas de natalidade entre as mulheres empregadas na lavoura, e as maiores taxas de nascimentos entre escravas domésticas se comparadas às trabalhadoras do campo. A interação entre doenças e desnutrição - sobretudo em ferro, proteína e cálcio -, além dos castigos físicos, o regime excessivo de trabalho que endurecia em determinadas épocas do ano, e determinadas posturas e movimentos do corpo durante o trabalho, colocaram em

³⁷ JENNINGS, Thelma. "Us Colored Women Had to Go Though A Plenty": Sexual Exploitation of African-American Slave Women. *Journal of Women's History*, vol. 1, n. 3, Winter 1990, p. 45-74.

³⁸ Conforme demonstrou o historiador Flávio Gomes, em estudo acerca das fazendas pertencentes aos beneditinos em Campos, na província fluminense, na segunda metade do XIX, diversamente de outros senhores escravistas, estes padres destinaram às escravizadas o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, enquanto os homens eram empregados em posições especializadas. Segundo o historiador, eles dispensaram uma alimentação mais reforçada às mulheres durante a gravidez e melhor tratamento aos cativos. GOMES, Flávio dos Santos. *Cativeiro, Memória Social e Parentesco (Primeiras Questões)*. *Revista Mestrado História*, Vassouras, v. 4, Ed. Especial, 2002, p. 7- 44.

³⁹ MAIR, Lucille. *Women Field Workers in Jamaica During Slavery*. In: TERBORG-PENN, Rosalyn; RUSHING, Andrea. (eds.) *Women in Africa and the African diaspora*. Washington: Howard University Press, 1996, p. 168.

⁴⁰ MORGAN, Keneth. *Slave women and reproduction in Jamaica, c.1776-1834*. *History*, 91 (302), 2006, p. 231- 253.

risco o bem estar tanto físico quanto emocional das mulheres que poderiam tanto abortar como dar à luz crianças mortas. Já Barbara Bush destacou que a prioridade conferida pelos senhores ao papel produtivo das cativas na Jamaica teria implicações importantes para as vivências da gravidez. A autora destacou que, se entre as africanas a maternidade significava um rito de passagem, uma dádiva e o centro da teia do parentesco, nas zonas de grande lavoura das Américas a gravidez e o parto permaneceram algo perigoso e arriscado devido à alta incidência de complicações ginecológicas, muitas delas como resultado direto do trabalho e das punições físicas.⁴¹ Já a ilha de Barbados, no Caribe inglês, constituiu uma exceção no cenário caribenho. Ali, senhores investiram conscientemente em políticas que favorecessem os nascimentos como alternativa às demandas dos senhores por escravizados, liberando mulheres grávidas da labuta pesada nos canaviais, dentre outras medidas.⁴²

A historiadora Cheryl Cody, com base em registros de nascimentos e mortes, analisou as vidas reprodutivas de quase mil mulheres na Carolina do Sul, que trabalharam em roças de alimentos e nas plantações de algodão e arroz durante a primeira metade do século XIX. Ela notou, a partir dos padrões de concepção e nascimento, que muitas mulheres teriam vivido o último trimestre da gravidez nos meses de maiores demandas de trabalho nas plantações. Aproximadamente 1/3 de todas as crianças foram concebidas nos meses posteriores à colheita, o que significou que muitas mulheres estiveram grávidas de sete meses quando seu trabalho teria o maior valor nos campos.

Em sua pesquisa sobre maternidade, escravidão e a atuação da medicina no sul dos Estados Unidos no período anterior à guerra civil, Mary Jenkins Schwartz afirmou que, com o fim do tráfico africano na primeira década do século XIX, a importância da capacidade reprodutiva das cativas para o futuro da escravidão trouxe para seus corpos a centralidade das práticas de dominação escravista.⁴³ Sobre as políticas senhoriais pró-natalistas, a autora afirmou ter sido comum que

⁴¹ BUSH, Barbara. African Caribbean Slave Mothers and Children: Traumas of Dislocation and Enslavement Across the Atlantic World. *Caribbean Quarterly*, Vol. 56, n. 1/2, March-June, p. 69-94, 2010.

⁴² BECKLES, Hilary. *Op. cit.*, p. 97-101.

⁴³ SCHWARTZ, Mary. *Op. cit.*

escravizadas que fossem mães de muitos filhos recebessem recompensas, como o afastamento do trabalho na lavoura, enquanto outras enfrentaram doze gravidezes antes de serem dispensadas do trabalho pesado no campo.⁴⁴ Schwartz mencionou histórias de mulheres grávidas que foram torturadas até a morte, ressaltando que as políticas de natalidade nem sempre foram praticadas nas grandes lavouras sulistas. Antes, ela argumenta que a gravidez de uma escravizada significava um dilema para os fazendeiros. A longo prazo, a gestação significava uma promessa de aumento da população cativa. A curto prazo, porém, mudanças no tipo e no ritmo de trabalho seriam necessárias para garantir um nascimento saudável. Assim, senhores, feitores e administradores visaram assegurar que a mulher gestante realizasse o máximo de trabalho possível, evitando ter sua saúde ameaçada.⁴⁵ Já o estudo de Deborah White apontou que mulheres grávidas, nas plantações sulistas, integraram turmas de trabalhadoras compostas também por mulheres mais velhas e meninas, capazes de trabalho mais lento e menos produtivo.⁴⁶ Segundo White, nessas turmas de trabalho eminentemente femininas, as cativas mais velhas transmitiam para as mulheres grávidas e as meninas aprendizados sociais e conhecimentos sobre trabalho, estratégias de sobrevivência na escravidão, relações entre homens e mulheres, e maternidade.

Para fazer frente às adversidades colocadas pelo cativo no Sudeste cafeeiro, mulheres escravizadas, integradas a comunidades numerosas, teceram relações de amizade, parentesco e suporte com outras mulheres africanas e descendentes. Fábio Carvalho, abordando Vassouras na segunda metade do XIX, referiu-se à história da africana ocidental Joaquina, de nação Mina. Em 1850, ela estava grávida quando foi assassinada a golpes de faca por Valentim, africano de nação Moçambique, 24 anos, trabalhador de roça naquela fazenda, com quem ela coabitava. Dia 7 de abril de 1850, às 10 horas da manhã do domingo - dia em que os escravizados cuidavam de suas roças de alimentos e da subsistência de suas famílias - Joaquina partiu para buscar água num córrego para, posteriormente,

⁴⁴ *Ibidem*, p. 17-136.

⁴⁵ *Ibidem*, p.140.

⁴⁶ WHITE, Deborah. **A'r'nt I a Woman?** Female Slaves in the Plantation South. New York: Oxford University Press, 1986, p. 95.

lavar as roupas de sua família, tarefa delegada às mulheres.⁴⁷ Depois de assassiná-la perto do córrego, Valentim empreendeu uma fuga, retornando à noite para pegar seus pertences, quando foi encontrado no paiol por Jacinta, amiga de Joaquina, quando aquela ia colocar o filho para dormir. Jacinta chamou pelos parceiros que cercaram Valentim, indignados pelo assassinato de Joaquina, seguindo-se sua prisão. Carvalho desvelou, a partir da análise do processo criminal, as redes de solidariedade e os fortes laços que uniam as mulheres africanas e suas descendentes nas fazendas. Na análise do processo, o autor demonstrou que Valentim culpava as amigas de Joaquina, sobretudo Jacinta, com a qual tinha desavenças, por considerá-la a má influência que atuava sobre Joaquina, que havia algum tempo o rejeitava. Para Carvalho, foi a autonomia de Joaquina e os laços tecidos entre as mulheres, somados à impotência de Valentim diante da falta de controle sobre ela, que teriam motivado o africano a tirar a vida da mulher. Conforme o historiador, cativas foram registradas por artistas estrangeiros em pinturas, representadas em meio a conversas e lavagem de roupas, momentos em que se encontravam distantes das pressões de feitores e senhores. Ele sugeriu, ainda, que as mulheres africanas e suas descendentes teriam recriado, dentro das circunstâncias e condições de vida colocadas pelas pressões senhoriais e pelo trabalho nas fazendas, laços fortes e um senso de independência e autonomia na escolha de seus parceiros afetivos, no contexto em que elas, enquanto minoria, eram disputadas pelos numerosos homens jovens e adultos, em sua maioria solteiros. O historiador sugeriu o fortalecimento dos vínculos entre as mulheres durante a gravidez, visto que se tornavam mais dependentes da ajuda de suas parceiras. Segundo Jacqueline Jones, citada por Carvalho, a mulher grávida representaria, ainda, a sexualidade da comunidade escrava, simbolizando espaços de autonomia em meio às interferências senhoriais.⁴⁸

Se os casamentos e as uniões consensuais permitiam aos escravizados a

⁴⁷ A organização deste trabalho, segundo o manual de Pati de alferes, analisado por Carvalho, durava alguns dias, constituindo aspecto da dupla jornada que tomava parte das segundas e terças-feiras das mulheres cativas, também responsáveis por outros trabalhos produtivos e para a subsistência da família senhorial. CARVALHO, Fábio. *Op. cit.*, p. 99.

⁴⁸ JONES, Jacqueline. **Labor of Love, labor of sorrow**. Black women, work, and the Family from slavery to the present. New York: Vintage Books, 1995.

construção de laços de afeto, solidariedade, projetos de liberdade e a formação ou ampliação de laços de parentesco - além de privilégios como um aposento em separado para o casal na senzala, o direito de produzir suas roças de subsistência e a venda dos excedentes -, em ambientes marcados pelo excesso de homens, as mulheres, com maiores oportunidades de escolha e de troca de parceiros, foram alvo de disputa e ciúmes por parte de seus maridos e amásios, em tensões que poderiam assumir contornos violentos. Maíra Chinelatto desvelou as relações de solidariedade e amizade entre mulheres escravizadas grávidas e mães em um sítio em Campinas, com base no processo criminal instaurado depois da morte de Alexandrina, em 1868, no último mês de gravidez, assassinada por seu marido, por suspeitas de que ela o traía e por ela o rejeitar. Entrevemos, a partir da análise do processo, que a estima e a confiança da família senhorial poderia proporcionar melhores condições de vida durante os meses finais da gestação, caso em que Alexandrina foi dormir em uma marquesa na varanda da moradia senhorial.⁴⁹ Os depoimentos e testemunhos deixam entrever, ainda, as relações de solidariedade tecidas entre mulheres grávidas e mães. Em depoimento fornecido pelo senhor, no dia de sua morte, “antes do galo cantar ainda a assassinada levantou-se para acordar uma outra rapariga, cujo filho estava chorando...”.⁵⁰

Trabalho, gravidez e cotidiano no mundo urbano

O cenário urbano carioca, caracterizado pela pequena e média propriedade escravista, pelo amplo engajamento feminino nos serviços domésticos e urbanos e pelo convívio próximo com a família senhorial, modelou as experiências cotidianas da gravidez entre as mulheres escravizadas e seus desafios, bem como suas respostas e formas de enfrentamento a eles.⁵¹ Considerar o cotidiano de africanas e descendentes crioulas que engravidaram sob a escravidão urbana, no período de suas vidas em que seu valor e o de seu trabalho atingiam os preços mais altos no mercado, implica refletirmos sobre as diversas práticas de trabalho que

⁴⁹ ALVES, Maíra. **Cativeiros em conflito**: Crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888). Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 203.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 202.

⁵¹ TELLES, Lorena. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888). *Op. cit.*, cap. 2.

constituíam os serviços domésticos, bem como o expediente do aluguel a terceiros. As atividades destinadas à subsistência das camadas proprietárias e locatárias de seus serviços – envolvendo a limpeza da casa, despejo de lixo, provimento de água, artesanato doméstico, compra e processamento de alimentos, amamentação e cuidado dos bebês e crianças brancas, lavagem, engomado e costura das roupas – destacaram-se como o principal modo de participação das mulheres escravizadas nos mundos do trabalho urbano.⁵²

Presente nas principais cidades desde o período colonial, o aluguel refere-se a uma das principais formas de exploração urbana do trabalho das escravizadas e de seus rendimentos, apropriados por escravistas membros das elites e camadas médias, quando as mulheres prestavam serviços a terceiros. A prática tendeu a aumentar consideravelmente a partir de 1810, acompanhando o crescimento do tráfico africano e a demanda por serviços domésticos na cidade.⁵³

Desde o desenvolvimento da imprensa em meados do século XIX, os periódicos diários tornaram-se o meio principal para as transações diretas entre senhores e locatários envolvendo escravizadas. Os anúncios de venda e aluguel, ao discriminarem as habilidades e ofícios desempenhados pelas mulheres, deixam entrever uma realidade pouco visibilizada acerca das vidas das mulheres africanas e crioulas escravizadas. Ao indicar os ofícios das mulheres cativas colocadas à venda ou aluguel, os anúncios oferecem janelas por meio das quais podemos captar as condições de trabalho e os desafios por elas vividos durante suas gestações, quando seus destinos foram colocados no mercado. Considerando-se o número elevado de anúncios de venda e aluguel de mulheres cativas divulgados na imprensa diária no Rio de Janeiro dos oitocentos, nossa amostragem indica que as menções à gravidez das mulheres são pouco numerosas. Dentre os 108 anúncios coletados entre 1830 e 1888 que fizeram referência à gestação da mulher colocada ao aluguel ou à venda, 78 (72%) referiram-se a mulheres que viveram a gravidez e a possibilidade de mudança de senhores nos anos 1830 e 1840, período de incremento do tráfico de meninas e mulheres africanas jovens, e pela disseminação

⁵² GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência**: criadas e patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁵³ SOARES, Luiz. *Op. cit.*, p. 53.

de sua posse e comércio na cidade.⁵⁴ Na segunda metade do século, encontramos apenas oito mulheres, de maioria crioula, anunciadas com menção à gravidez. Este número rarefeito sugere o interesse, por parte da maioria dos escravistas na cidade, em não se desfazer das gestantes e potenciais amas de leite após o parto, mas também, até 1871, daquelas que seriam mãe de crianças crioulas cujos donos poderiam futuramente escravizar.

O expediente do aluguel poderia envolver mudanças significativas no cotidiano das mulheres cativas e de suas famílias, implicando distanciamentos temporários da residência senhorial e de filhos e parentes, além de maiores encargos de trabalho, em particular quando tivessem que prestar serviços domésticos a famílias remediadas que não dispusessem de outras trabalhadoras. Uma análise detida sobre os anúncios de aluguel indica que as mulheres grávidas, alugadas a preço mais baixo, eram as trabalhadoras sobrecarregadas que os remediados podiam custear. Os textos dos anúncios são expressivos de que numerosas tarefas poderiam ser exigidas pelos locatários, envolvendo trabalho doméstico exaustivo dentro da casa e fora dela, o que colocou diversas pressões sobre as mulheres sobretudo nos meses finais da gestação.

Assim, em 1840, uma mulher grávida, caso não houvesse outra/os trabalhadores na residência, realizaria, só, todos os serviços domésticos: *“Aluga-se uma preta que lava, cozinha, engoma e faz o mais serviço da casa, menos carregar água; seu preço é 9 U réis por mês por estar grávida de 4 a 5 meses; no largo da Sé n.20”*.⁵⁵ Notemos a tentativa da/o senhor/a em limitar os serviços a serem prestados pela cativa, podendo tratar-se das pressões da mulher gestante, desejando evitar carregar água, tarefa que envolvia longas caminhadas com pesadas tinas à cabeça. É possível, também, que o senhor desejasse evitar acidentes que poderiam colocar em risco a saúde da mulher cativa e do futuro bebê. Já em 1848, o autor do anúncio seguinte condicionava o aluguel da cativa à prestação de serviços internos da casa: *“e por estar em princípio de gravidez aluga-*

⁵⁴ A partir da base de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, procedemos à pesquisa por palavra-chave nos jornais diários entre 1830 a 1888: grávida, gravidez, pejada, prenhe, prenhez. Os anúncios selecionados para o desenvolvimento do presente artigo foram encontrados em edições do *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Noticias*, *Correio Mercantil* e *Diario do Rio de Janeiro*, disponíveis em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁵⁵ *Diario do Rio de Janeiro*, 27 de fevereiro de 1840.

se por 12\$ com a condição de não ser para serviço da rua”.⁵⁶ Em 1850, outro senhor ou senhora procurava limitar os serviços àqueles desempenhados no interior da residência, excluindo-se “serviço pesado”: “Aluga-se no largo da Sé n.5, por 10\$ RS uma vistosa preta, está grávida e não pode fazer serviço pesado é só para tratar do serviço da casa”.⁵⁷ Em janeiro de 1854, o mesmo anunciante colocou ao aluguel outra mulher grávida: “Aluga-se uma preta que cozinha, lava e faz compras, mas não carrega pesos, por 12\$, por estar grávida; na rua do Senhor dos passos n.56”.⁵⁸ Estes anúncios são expressivos da capacidade das cativas negociarem com seus senhores melhores condições de trabalho durante a gestação quando alugadas, bem como tentar evitar os desmandos dos locatários e as demandas de trabalhos penosos: “menos carregar água”, “com a condição de não ser para serviço da rua”, “e não pode fazer serviço pesado”, “mas não carrega pesos”, “só para tratar do serviço da casa”. Por outro lado, o intuito dos senhores em limitar as tarefas àqueles desempenhadas no interior da casa parece indicar as prováveis exigências, por parte dos locatários, de que as mulheres desempenhassem todos os serviços domésticos, em particular quando se tratasse de famílias remediadas ou proprietários de poucos cativos. Nada indica, porém, que as restrições senhoriais fossem respeitadas pelas famílias locatárias, que procuravam mulheres trabalhadoras a baixo custo, sendo possível que as escravizadas, mesmo grávidas nos últimos meses, não fossem poupadas dos serviços de rua. Quais as tarefas externas à casa que as africanas e descendentes procuravam evitar?

O trabalho doméstico urbano envolvia uma série de atividades realizadas nos ambientes domésticos e em diferentes espaços urbanos, de manhã até à noite, envolvendo a compra e o processamento de alimentos frescos, o uso do fogão a lenha, servir, lavar e arear a louça, a lavagem de roupas nos rios ou em bacias próximas aos chafarizes no centro da cidade, o engomado do vestuário com pesados ferros quentes, a limpeza e arranjo dos cômodos das casas, e os chamados serviços de rua. Estes incluíam transportar sobre a cabeça até os chafarizes e de volta às casas pesadas tinas contendo água, bem como o despejo de lixo e dejetos

⁵⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de novembro de 1848.

⁵⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de abril de 1851.

⁵⁸ *Correio Mercantil*, 5 de janeiro de 1854.

domésticos diretamente nas ruas, no mar ou no Campo de Santana, visto que uma rede de esgotos vinha servir apenas às elites, a partir de 1860.⁵⁹

Se as longas jornadas de trabalho interno e externo à casa eram a realidade da maioria das mulheres escravizadas ocupadas com serviços domésticos para famílias remediadas e de médias posses na cidade, a ocupação de mucama caracterizou-se por jornadas de trabalho mais sedentárias e menos extenuantes, na reclusão do mundo doméstico escravista e suas tensões. Anúncios de venda de jovens mulheres africanas e descendentes para mucamas indicam as variadas tarefas que estas mulheres desempenhavam nas casas mais abastadas, como a costura, o engomado, a lavagem de roupas e mesmo cozinha. Entrevemos, também, a expectativa de reclusão e de cerceamento por parte da família senhorial, ao colocarem à venda mulheres descritas como “recolhidas”.⁶⁰ Na década de 1860, segundo o francês Charles Expilly, as mulheres escravizadas, ocupadas como mucamas nas residências de setores médios e ricos na cidade, poderiam ter sua jornada de trabalho aliviada durante a gravidez: *“Uma ama de leite é alugada por mais que uma engomadeira, uma cozinheira ou uma mucama. Para que dê honra e lucro, colocada numa boa casa, o senhor, durante a gravidez, lhe reserva os trabalhos mais leves”*.⁶¹ Esta política senhorial poderia ser praticada por senhores mais ricos que, dez anos após o fim do tráfico africano, poderiam ter outras escravizadas, libertas ou trabalhadoras livres para realizarem outros serviços, enquanto as mulheres escravizadas poderiam ser exploradas a alto preço no mercado de aluguel de amas de leite após o parto. A diminuição quanto ao ritmo ou tipo de trabalho não tinha por objetivo central proporcionar uma gestação a termo e o nascimento de bebês saudáveis que pudessem futuramente aumentar a força de trabalho, como nas fazendas cafeeiras, mas garantir, possivelmente, que a mulher não abortasse e desse à luz sem complicações, encontrando-se em boas condições para servirem de ama de leite de aluguel após o parto. Nesses casos, mulheres que fossem escravizadas pelas famílias de elite poderiam aliviar-se de jornadas mais

⁵⁹ SOARES, Luiz. *Op. cit.*, p. 136.

⁶⁰ TELLES, Lorena. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)**. *Op. cit.*, cap. 2.

⁶¹ EXPILLY, Charles. **Le Brésil tel qu'il est**. Paris: E. Dentu, éditeur Librairie de la Société des Gens de Lettres, 1862, p. 202.

pesadas de trabalho durante a gravidez. Porém, as vidas de suas filhas e filhos estariam ameaçadas, visto que, quando inseridas no mercado de aluguel, sobretudo após 1860, elas foram separadas dos próprios bebês para que servissem exclusivamente às crianças da família locatária.⁶²

Já o ofício de lavadeira era realizado nos córregos e chafarizes da cidade. Mulheres africanas e crioulas venciam as ruas a pé, grávidas, equilibrando na cabeça grandes bacias contendo roupa a ser lavada e batida no largo da Carioca, no Campo de Santana e no vale das Laranjeiras,⁶³ trabalho que envolvia esforços constantes e grandes caminhadas, a depender do local de residência da família. Outro ofício urbano desempenhado por mulheres escravizadas era o comércio a retalho. Anúncios de fuga indicam que as quitandeiras zigzagueavam grávidas pela cidade, apregoando suas mercadorias dispostas em grandes tabuleiros de madeira que elas equilibravam na cabeça, ou mais sedentárias caso trabalhassem em barracas na Praça do Mercado, conhecido como Mercado da Candelária.⁶⁴ Mulheres africanas e suas descendentes, ocupadas como lavadeiras e quitandeiras, trabalharam até as vésperas do parto, como Victoria, africana de nação Moçambique, na África oriental, que em 1830 poderia ser reconhecida “*com a barriga grande por estar pejada*”: “*costumava vender quitanda, com a qual talvez inda ande*”.⁶⁵ A africana Rita, também de nação Moçambique, fugiu, em 1852, “*pejada de seis meses presumíveis*”, levando consigo um tabuleiro pequeno.⁶⁶ Já a

⁶² Sobretudo depois do fechamento dos portos africanos em 1850 e a diminuição da população de escravizadas na cidade, o Rio de Janeiro tornou-se cenário de um vultoso mercado de aluguel de cativas como amas de leite sem seus bebês. Depois de 1871, com a lei do Ventre Livre, o desinteresse com relação às vidas dos bebês ingênuos, que os senhores não poderiam futuramente escravizar, provocaram o abandono compulsório dos bebês negros nas ruas, praças, portas das igrejas e na Roda dos Expostos, instituição da Igreja Católica que acolhia bebês abandonados. Sobre as formas de luto e revolta das mulheres africanas e descendentes coagidas a atuarem como amas de leite de aluguel sem seus filhos, e a participação de parteiras europeias no desaparecimento dos bebês e no aluguel das mães, cf. TELLES, Lorena. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)**. *Op. cit.*, cap. 5; _____. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888). In: MACHADO, Maria Helena. et. Al. (ed.) **Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Editora da Unesp, 2021, p. 41-61.

⁶³ KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 288; GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência**. *Op. cit.*, p. 51.

⁶⁴ FARIAS, Juliana. **Mercados Minas: Africanos Ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.

⁶⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1830.

⁶⁶ *Jornal do Commercio*, 10 de novembro de 1852.

centro-africana Anna, nação Angola, “*beijos vermelhos, por trazer continuamente tabaco na boca*”, fugiu da casa do senhor em 1843, grávida de oito meses, sendo “*muito conhecida pelo largo de S. Domingos*”.⁶⁷ Joanna, nação Moçambique, escapou em 1848, grávida, levando “*um cesto com roupa que ia lavar*”⁶⁸. Em 23 de agosto de 1853, nove dias depois de sua fuga, o senhor de Mariana, nação Moçambique, publicou um anúncio visando a captura da mulher que desaparecia, grávida de oito meses, com “*as pernas inchadas*”, constando que ela se deslocava para Botafogo, Engenho Velho e São Cristóvão.⁶⁹

Textos médicos apontam para os problemas de saúde, desconfortos e acidentes que poderiam afetar as mulheres grávidas quando trabalhavam, sobretudo durante os últimos meses. Em 1859, o médico Antônio Pinto referiu-se aos impactos do trabalho de lavagem de roupas sobre o bem-estar das escravizadas nos últimos meses de gravidez:

O estar de pé muito curvada (como acontece com algumas lavadeiras [*sic*]) opõe-se ao desenvolvimento do útero; o estar de pé por muito tempo dá lugar a varizes e inchação dos pés e pernas, que atormentam as mulheres nos últimos meses; certas posições continuadas podem ocasionar desvios ou inclinações do útero, que dificultam ulteriormente o trabalho de parto.⁷⁰

As rotinas de trabalho no interior das casas envolviam susceptibilidade a acidentes. Em setembro de 1873, um médico foi chamado para atender uma mulher cativa: “*Nessas condições, observei uma mulher escrava, nos últimos tempos da gravidez, que rolou uma escada com uma bacia d’água à cabeça; [...] consegui a cura completa, dando ela à luz com a maior felicidade*”.⁷¹

A análise dos anúncios e textos médicos são indicativos de que não era a regra, entre os senhores, modificar o tempo e o tipo de trabalho de mulheres gestantes, que seguiram trabalhando até as vésperas do parto, em serviços domésticos, na lavagem de roupas e na venda de quitandas. Em 1886, às vésperas da Abolição, um estudante, em sua tese de conclusão de curso, indica que os

⁶⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de abril de 1843.

⁶⁸ *Correio Mercantil*, 16 de setembro de 1848.

⁶⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de agosto de 1853.

⁷⁰ PINTO, Antônio. *Op. cit.*, p. 35.

⁷¹ *Revista Médica*, Ano I, n. 7, 10 de setembro de 1873, p. 99.

discursos médicos contrários aos regimes de trabalho que poderiam provocar abortos e problemas no parto não acenderiam nos senhores maiores preocupações quanto à saúde das mulheres gestantes. Ele afirmava ter sido “*algumas vezes testemunha visual de escravas que, em estado adiantado de gravidez, suportam trabalho superior às suas forças*”.⁷²

Além dos regimes pesados de trabalho até os meses finais da gravidez, a violência perpetrada por senhora/es e fatores sobre as escravizadas impactaram suas vivências das gestações e dos partos, colocando em risco suas vidas e a de seus filhos.

Torturas, punições e resistências

Os jornais diários e fontes da medicina documentaram que mulheres africanas e descendentes escravizadas foram vítimas de torturas brutais por parte de seus senhores quando grávidas, provocando-lhes por vezes o aborto e a morte. O arbítrio, o despotismo e o sadismo senhorial incidiram sobre os corpos de mulheres negras desde os primeiros meses de gravidez, agredidas por sentirem sonolências e outros sintomas. O médico Antônio Pinto, em 1859, referiu-se à violência dos senhores que “*não perdoam nas escravas grávidas certas aberrações do hábito, como sejam a indolência, o mau humor, a sonolência, e outras coisas próprias do estado em que se acham, e por isso ralham demasiado, e até castigam asperamente*”.⁷³

Quando as suspeitas da paternidade recaíam sobre maridos ou amásios de suas senhoras, as mulheres cativas corriam o risco de perder a vida sob torturas. Em 1832, Luisa, descrita como parda, em torno de 20 anos de idade, estava grávida de 7 a 8 meses quando foi vista pelas frestas de uma casa na zona central do Rio de Janeiro, “*nua em pelo, lanhada da ponta dos pés à cabeça, partida em vários lugares todo o corpo chagado*”.⁷⁴ A senhora, ao responder ao interrogatório quando intimada, justificou o tratamento bárbaro dispensado à cativa: “*que era o de se ter*

⁷² VEIGA SOBRINHO, Evaristo. **Das condições que explicam a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro**. Ouro Preto: Typographia da Provincia de Minas, 1886, p. 25.

⁷³ PINTO, Antônio. *Op. cit.*, p. 38.

⁷⁴ *Correio Mercantil*, 10 de dezembro de 1832.

deixado seduzir pelo amante dela Sra., de quem está grávida, e porque não podia ver o fruto daquele trato". O historiador Luiz Soares, com base na análise do processo criminal, documentou que a jovem cativa perdeu a vida, não resistindo aos ferimentos.⁷⁵ Outras mulheres tiveram uma morte extremamente violenta, perdendo a vida sob as mãos de escravistas, conforme documentado no *Jornal do Commercio* em 2 de outubro de 1833, tratando-se de uma senhora viúva, da elite, que castigara até a morte uma escravizada, nos tempos finais da gravidez.⁷⁶

Nas últimas décadas de vigência da escravidão, com os avanços das campanhas abolicionistas, o declínio da escravidão urbana e a perda de legitimidade do sistema entre setores livres da sociedade, os jornais diários passaram a publicar denúncias de torturas e assassinatos de escravizadas e escravizados, casos que eram levados à imprensa por simpatizantes da causa antiescravista. O destino trágico recaiu sobre mulheres escravizadas grávidas também em fazendas cafeeiras fluminenses. Em 1884, na freguesia de Monteverde, município de São Fidélis, no norte fluminense, uma mulher grávida foi supliciada ao longo de 12 dias com chicotadas e assassinada de maneira atroz: "*A infeliz vítima de tantas atrocidades estivera doze dias no bacalhau. Ao cabo desse tempo, os assassinos, que sabiam estar ela grávida, procuraram por outro meio fazê-la abortar: aplicando-lhe violentas pancadas no ventre.*" O informante, que se manteve anônimo receando "*a perseguição dos poderosos*", afirmava não haver inquérito aberto sobre o ocorrido.⁷⁷ Em junho de 1888, a ex-cativa Thereza relatou, ao deixar a fazenda em que viveu em Resende, após a Abolição, as atrocidades às quais sobreviveu sob o cativeiro de um casal de fazendeiros, resultando-lhe num parto prematuro:

D. Izabel levou a crueldade a fazer que a vítima fosse castigada por seu próprio irmão; em uma dessas ocasiões, estando grávida, teve um parto prematuro. Narrou detalhadamente o assassinato da mulata Thereza, no cafezal pelo administrador Militão. Confirmou a morte dos seus companheiros Turíbio, Manuel e Candinha, no tronco, a fome e à sede.⁷⁸

⁷⁵ SOARES, Luiz. *Op. cit.*, p. 208.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 205-207.

⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, 15 de janeiro de 1884.

⁷⁸ *Gazeta de Notícias*, 4 de junho de 1888. .

Os senhores poderiam ainda tentar obrigá-las a abortar com alguma parteira ou provocar eles próprios o aborto, através das torturas. Em 1880, na cidade do Rio de Janeiro, uma mulher portuguesa supliciou uma mulher cativa devido à suspeita de que estivesse grávida de seu marido. Além de torturá-la, ela chamou “*uma parteira com o fim de fazer a cativa abortar*”: “*a parteira horrorizada saiu para não voltar*”.⁷⁹ Em 1882, um parente de um ex-ministro foi denunciado ao chefe de polícia, visto que uma “*pardinha*” grávida, na rua Conde d’Eu, estaria sendo “*barbaramente espancada até com pontapés na barriga. A vítima acha-se de cama*”.⁸⁰

Mulheres cativas que fossem estupradas pelos senhores e deles engravidassem, poderiam enfrentar outras situações adversas. Quando a gestação da mulher cativa era indesejada pelos senhores, estes poderiam vendê-las para longe. Na cidade do Rio de Janeiro, a imprensa diária divulgou numerosos anúncios de venda de jovens mucamas grávidas, na primeira metade do século XIX e meados da década de 1850, colocadas à venda com a condição de ser para fora da cidade e da província. As representações dos viajantes acerca dos privilégios conferidos pelos abastados a jovens africanas e crioulas reclusas, que seriam mais bem vestidas e alimentadas que mulheres ocupadas em outros serviços, silenciam uma dimensão fundamental de suas experiências. Sobre jovens mulheres ocupadas como mucamas recaiu a estreita vigilância sobre seus passos, um cotidiano próximo e tenso com a família senhorial e a expectativa de reclusão no ambiente doméstico. Servindo diretamente à família senhorial, ingressando em seus aposentos mais íntimos, elas foram vítimas do assédio e do estupro por parte de seus senhores. Conforme documentou o Conde francês Suzannet, meninas e mulheres estiveram não apenas vulneráveis ao estupro, mas à venda quando grávidas:

Muitas vezes, acontece que um senhor tendo abusado de uma jovem escrava, vende-a quando engravida; outros, ainda mais desavergonhados, conservam os próprios filhos como escravos, e

⁷⁹ *Gazeta da Tarde*, 2 de dezembro de 1880.

⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 24 de janeiro 1882.

estes infelizes, quando morre o pai, são vendidos sem se poderem prevalecer da sua origem.⁸¹

Este foi o caso de uma jovem centro-africana de nação Benguela que, aos 18 anos, em 1846, mucama, foi colocada à venda a preço “cômodo” por estar grávida, com a condição de ser para fora da província: “vende-se pelo simples motivo de estar grávida e para fora da terra”.⁸² Em 1836, uma africana, de nação Moçambique, mucama e costureira, grávida de três meses, foi colocada à venda “para fora”. Em 1855, uma mulher grávida, descrita como “vistosa mucama, preta, moça”, costureira e doceira, foi colocada à venda junto a uma filha de três anos: “está grávida de 2 meses, não se vende a negociante de escravos, e só para fora da corte, por motivos particulares”.⁸³

Os anúncios de fuga apontam para as estratégias mobilizadas por estas mulheres na cidade a fim de enfrentarem as situações extremamente adversas que se abateram sobre elas quando grávidas, seja na ocasião em que seus senhores planejavam alugá-las como amas de leite após o parto ou vendê-las para longe, distanciando-as de seus parentes e conhecidos, exigindo-lhes trabalhos excessivos ou torturando-as barbaramente. Manter-se distantes dos maus-tratos, sevícias e uso de instrumentos de tortura no mundo doméstico escravista motivou muitas mulheres, africanas e crioulas, a abandonarem a casa senhorial. Em 1846, Euzébia, crioula de Pernambuco, 24 anos, grávida de sete meses, escapou de seu senhor e de suas torturas, sendo identificada como portadora de “muitos sinais de castigo nas costas”. A pernambucana conseguiu fugir apesar do ferro, do cepo de madeira e da corrente atada ao pé.⁸⁴ Florência, descrita no anúncio como grávida, mucama e “famosa costureira”, “parda escura”, “com dois dentes quebrados adiante”, fugiu em 1840 às nove horas da noite, novamente, “levando um ferro no pé”.⁸⁵

O destino das escravizadas que permaneciam ocultas nas imediações urbanas poderia ser a captura pelos capitães do mato, a condução forçada ao

⁸¹ SUZANNET, Conde de. **O Brasil em 1845**. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1957, p. 47.

⁸² *Diario do Rio de Janeiro*, 28 de março de 1846.

⁸³ *Diario do Rio de Janeiro*, 4 de maio de 1836; *Diario do Rio de Janeiro*, 10 de julho de 1855.

⁸⁴ *Diario do Rio de Janeiro*, 2 de outubro de 1846.

⁸⁵ *Jornal do Commercio*, 24 e 25 de junho de 1840.

endereço fornecido nos anúncios pelos senhores que poderiam, ainda, puni-las enviando-as ao Calabouço, instituição municipal responsável por torturar cativos mediante pagamento. As mulheres escravizadas arriscaram-se, ainda, a caírem nas malhas da polícia, conforme os dados coletados por Luiz Soares, que indicou que, dentre as 240 mulheres escravizadas presas pela polícia entre 1825 e 1830, 177 seriam por fuga.⁸⁶ Mulheres cativas grávidas poderiam perder a vida devido às torturas, como Claudina Crioula que, em estado adiantado de gravidez, foi condenada a 300 açoites pelo tribunal do júri, em 1857. Depois dos castigos ela deu à luz, e faleceu.⁸⁷

Mulheres africanas e suas descendentes crioulas desempenharam, ao longo da gravidez, numerosas tarefas na casa escravista, nas imediações urbanas, nas roças e lavouras de café, sujeitas a pouco repouso, a dores e ao cansaço, que impactaram sua saúde e bem-estar, bem como as possibilidades de sobrevivência de seus bebês. Anúncios de fuga e de aluguel indicam as pesadas jornadas de trabalho que recaíram sobre as mulheres escravizadas quando grávidas na cidade ao longo do século XIX, situação que elas tentavam modificar ao pressionar senhores e locatários, buscando limitar os serviços àqueles internos à casa. Na cidade, puderam distanciar-se dos escravistas pela fuga, contando com a solidariedade de amigas, companheiros e parentes, diante dos projetos de vendê-las grávidas, ou de evitar a morte sob terríveis torturas. Nos ambientes das grandes fazendas, as mulheres cativas viveram a gravidez geralmente inseridas em comunidades ligadas por relações de parentesco, desempenhando, ao longo do dia e nos serões noturnos, até o momento do parto, jornadas mais ou menos pesadas de trabalho, podendo ser afastadas, em algumas fazendas, das tarefas na lavoura. As adversidades enfrentadas por elas, durante a gravidez, foram exacerbadas, diante do sadismo e das torturas de senhores, feitores e administradores, que provocaram abortos e ceifaram as vidas de muitas delas. Resistindo a regimes de

⁸⁶ SOARES, Luiz. *Op. cit.*, p.439, 444, 446.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 233. Entre 1859 e 1870, foram registradas a morte de sete mulheres no Calabouço. KARASCH, Mary. *Op. cit.*, p.183.

trabalho opressivos e aos castigos brutais, junto a seus parceiros e parceiras no trabalho cotidiano nas lavouras, beiras de rios e moradias senhoriais, ou caminhando pela cidade a pé com seus ventres volumosos, carregando pesados tabuleiros, cestos e tinas de água, as mulheres escravizadas grávidas e seus filhos foram sobreviventes. Durante e após o parto, novos desafios se colocariam para elas e seus bebês.

FONTES

Recenseamento da população do Município Neutro de 1872. Rio de Janeiro, 1872. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br///>>

Diário do Rio de Janeiro

19.2.1830; 2.4.1851; 27.2.1840; 23.11.1858; 20.4.1843; 23.8.1853; 28.3.1846; 4.5.1836; 10.7.1855; 2.10.1846.

Correio Mercantil

5.2.1854; 16.9.1848; 10.12.1832.

Gazeta da Tarde

2.12.1880.

Gazeta de Notícias

15.1.1884; 4.6.1888; 24.1.1882.

Jornal do Commercio

10.11.1852; 24.6.1840; 25.6.1840.

Annaes Brasilienses de Medicina, Tomo XXIII, Janeiro de 1872, n.8

Revista Médica, Ano I, n. 7, 10 de setembro de 1873.

ARANHA, Maria Amélia. **Sombras que renascem**. Memórias de família, costumes de uma época (1862-1883). s.ed., 1975.

EXPILLY, Charles. **Le Brésil tel qu'il est**. Paris: E. Dentu, éditeur Librairie de la Societé des Gens de Lettres, 1862.

FERRAZ, Floriza. **Memórias**. Rio Claro, (manuscrito), 1947, p. 5-6, 12; BARROS, Maria P. **No tempo de dantes**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

IMBERT, Jean-Baptist. **Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre a enfermidade dos negros generalizado às necessidades de todas as classes.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.

PINTO, Antônio. **O médico da primeira infância ou o conselheiro da mulher grávida e higiene da primeira infância.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859.

RIBEYROLLES, Charles. **Brasil Pitoresco.** São Paulo: Martins Fontes, 1941, v. 2.

SUZANNET, Conde de. **O Brasil em 1845.** Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1957.

TAUNAY, Carlos. **Manual do agricultor brasileiro.** (1839) In: MARQUESE, Rafael de B. (org.). Coleção Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

VEIGA SOBRINHO, Evaristo. **Das condições que explicam a mortalidade das crianças na cidade do Rio de Janeiro.** Ouro Preto: Typographia da Provincia de Minas, 1886.

WERNECK, Francisco. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro** (1847). 3ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana Maria. **Da casa e da roça:** a mulher escrava em Vassouras no século XIX. Dissertação de Mestrado-Programa de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001.

ALVES, Maíra. **Cativeiros em conflito:** Crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888). Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARBOSA, Keith. **Escravidão, saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888).** Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014.

BECKLES, Hilary. **Natural rebels:** a social history of enslaved Black women in Barbados. New Brunswick: N.J. Rutgers University Press, 1989.

BUSH, Barbara. African Caribbean Slave Mothers and Children: Traumas of Dislocation and Enslavement Across the Atlantic World. **Caribbean Quarterly**, Vol. 56, n. 1/2, March-June, p. 69-94, 2010.

CARVALHO, Fábio. **Vassouras: comunidade escrava, conflitos e sociabilidades (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CODY, Cheryl. Cycles of work and of childbearing. Seasonality in women's lives on low country plantations. *In*: GASPARG, David; HINE, Darlene (eds.) **More Than Chattel: Black Women and Slavery in the Americas**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ELTIS, David.; ENGERMAN, Stanley. Was the Slave Trade Dominated by Men? **The Journal of Interdisciplinary History**, Londres, v. 23, n. 2, 1992, p. 237-257.

FARIAS, Juliana. **Mercados Minas: Africanos Ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015.

FLORENTINO, Manolo.; GOES, José. **A Paz nas Senzalas: Família Escrava e Tráfico Atlântico 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo; VALENCIA VILLA, Carlos. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. **História**, v. 37, p. 1-20, 2016.

GAUTIER, Arlette. **Soeurs de Solitude**. Femmes et esclavage aux Antilles Du XVII au XIX siècle. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. Cativo, Memória Social e Parentesco (Primeiras Questões). **Revista Mestrado História**, Vassouras, v. 4, Ed. Especial, 2002, p. 7- 44.

GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência: criadas e patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

JENNINGS, Thelma. "Us Colored Women Had to Go Though A Plenty": Sexual Exploitation of African-American Slave Women. **Journal of Women's History**, vol. 1, n. 3, Winter 1990, p. 45-74.

JONES, Jacqueline. **Labor of Love, labor of sorrow**. Black women, work, and the Family from slavery to the present. New York: Vintage Books, 1995.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

KING, Wilma. "Suffer with them till death". Slave Women and Their Children in Nineteenth-Century America". *In*: GASPARG, David Barry; HINE, Darlene Clarke Hine

(eds.). **More Than Chattel: Black Women and Slavery in the Americas**, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

MACHADO, Maria Helena. Between two Beneditos: enslaved wet-nurses amid slavery's decline in southeast Brazil. **Slavery & Abolition**, vol. 38, issue 2, p. 320-336, 2017.

MAIR, Lucille. Women Field Workers in Jamaica During Slavery. In: TERBORG-PENN, Rosalyn; RUSHING, Andrea Benton (eds.) **Women in Africa and the African diaspora**. Washington: Howard University Press, 1996.

MARQUESE, Rafael. **Feitores do corpo, missionários da mente**. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARTINS, Bárbara. **Amas de leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos** (Rio de Janeiro, 1830-1890). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MORGAN, Keneth. Slave women and reproduction in Jamaica, c.1776-1834. **History**, 91 (302), p. 231- 253, 2006.

MUAZE, Mariana. Experiências Maternas no Cativo: gênero, família e trabalho nas grandes plantations cafeeiras do Vale do Paraíba (XIX). In: ARIZA, M.; CARULA, K. (org). **Escravidão e maternidade no mundo Atlântico: trabalho, família, corpo e saúde nos séculos XVIII e XIX**. Niterói: EDUFF, no prelo.

PERUSSATTO, Melina. Pelas crias que me deu: reprodução natural, arranjos familiares e alforria no Brasil Meridional (Rio Pardo, 1850-1888). **História Unisinos**, 14 (3), p. 266-281, 2010.

PRIORE, Mary del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Brasília/Rio de Janeiro: Edunb/J. Olympio, 1993.

SANTOS, Martha. 'Slave Mothers', Partus Sequitur Ventrem, and the naturalization of slave reproduction in Nineteenth-Century Brazil. **Tempo** (Niterói, online), vol. 22, n. 41, set.-dez. p. 467-487, 2016.

SCHWARTZ, Mary. **Birthing a slave**. Motherhood and Medicine in the Antebellum South. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

____. **The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888.** Tese de Doutorado em História. Stanford University, 1976.

SOARES, Luiz. **O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX.** Rio de Janeiro: Faperj- 7Letras, 2007.

STECKEL, Richard. Women, Work and Health under Plantation Slavery in the United States. *In*: GASPAR, D.; HINE, D. (eds.). **More Than Chattel: Black Women and Slavery in the Americas.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

TELLES, Lorena. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888).** São Paulo: Editora da UNIFESP, no prelo.

____. Mães e amas de leite nas malhas dos interesses escravistas: mercado urbano de aluguel, abandono e morte de bebês ingênuos no Rio de Janeiro (1871-1888)”. *In*: MACHADO, M. H. *et. Al.* (ed.) **Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação.** São Paulo: Editora da Unesp, 2021, p. 41-61.

STEIN, Stanley. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TURNER, Sasha. **Contested Bodies: Pregnancy, Childrearing, and Slavery in Jamaica.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

VAILATI, Luiz. **A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo).** São Paulo: Alameda, 2010.

WHITE, Deborah. **A’r’nt I a Woman? Female Slaves in the Plantation South.** New York: Oxford University Press, 1986.

Recebido: 24/02/2022
Aprovado: 25/03/2022